



Pauta da semana tem Uber, aviação e segurança pública

Plenário pode votar a partir de amanhã projeto que regulamenta aplicativos de transportes, teto para ICMS sobre combustível de aviação e emenda à Constituição que cria fundo nacional de segurança para financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais nos estados

Jefferson Rudy/Agência Senado — 31/10/2017



João Alberto e o presidente do Senado, Eunício Oliveira: senadores podem analisar propostas sobre aplicativos de transportes, ICMS de aviação e segurança pública

O Plenário do Senado pode votar esta semana o projeto que regulamenta os serviços de transporte particular com aplicativos, como Uber e Cabify. A proposta tramita em regime de urgência.

Também está na pauta o projeto que estabelece o teto de 12% para cobrança de ICMS sobre combustível de aviação. O objetivo é reduzir custos para aumentar a oferta de voos em locais distantes de grandes centros. Os senadores podem votar ainda a PEC que cria um fundo para ações de segurança nos estados. **3**

Trabalho: servidores apontam sucateamento da fiscalização

Em audiência na subcomissão encarregada de elaborar a proposta de Estatuto do Trabalho, servidores acusa-

ram o governo de promover o sucateamento das estruturas de fiscalização do trabalho, especialmente na área rural. **4**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Paim (2º à dir.) comandou o debate na subcomissão do Estatuto do Trabalho

Porte ilegal de armas de uso restrito agora é crime hediondo

Já está em vigor uma lei que transforma em crime hediondo o porte ilegal de armas de uso restrito — aquelas que só podem ser usadas pelas

Forças Armadas e órgãos de segurança. Condenados pelo crime terão de cumprir a pena em regime fechado. A lei é originada de projeto do Senado. **2**

Congresso se reúne amanhã para analisar 7 vetos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pautou para amanhã a análise de 7 vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Legislativo e 14 projetos que abrem créditos orçamentários para ministérios e órgãos públicos. Entre

os vetos a serem analisados, está a medida provisória que estendia até 2019 o prazo para uso do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica. **3**



Plenário da Câmara dos Deputados: senadores e deputados analisam na reunião de amanhã pauta com 21 itens

Sancionada lei que regulamenta repasses do Funpen

Foi sancionada a lei que define critérios para a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a estados, municípios e Distrito Federal. O texto, originado de medida

provisória, também autoriza a prestação de serviços por militares, em caráter excepcional, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e à Força Nacional. **4**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.

**SIGA
BRASIL**
Painéis

Porte ilegal de arma de uso restrito é crime hediondo

Sancionada na quinta-feira, lei originada de projeto do Senado já está em vigor e, na prática, dá mais rigor ao cumprimento da pena de condenados pelo crime, que ficarão em regime fechado

A POSSE OU o porte ilegal de armas de fogo de uso restrito será considerada crime hediondo. É o que prevê a Lei 13.497/2017, sancionada na quinta-feira e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto, que já está em vigor, tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 230/2014, aprovado em setembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em decisão terminativa. Na ocasião, a CCJ rejeitou o substitutivo (SCD) 6/2017 vindo da Câmara dos Deputados.

De acordo com o Decreto 3.665/2003, arma de uso restrito é aquela que só pode ser usada pelas Forças Armadas, por algumas instituições de segurança e por pessoas físicas e jurídicas habilitadas, autorizadas pelo Exército, de acordo com legislação específica.

Na prática, a transformação da posse ou do porte ilegal de armas de fogo de uso restrito em crime hediondo vai aumentar o cumprimento de pena, porque obriga que o criminoso fique em regime fechado.

Há também mais rigor na progressão da pena — quando o condenado pode, por exem-



Carlos Magno/Governo do Rio de Janeiro

Fuzis contrabandeados apreendidos no Rio: lei aumenta rigor contra porte

plo, passar a trabalhar fora da cadeia ou cumprir prisão domiciliar.

Ao apresentar o projeto em 2014, o então senador Marcelo Crivella (e atual prefeito do Rio) argumentou que 70% dos homicídios no país são cometidos com armas de fogo.

Ilegais

Crivella afirma que quase metade das cerca de 16 milhões de armas que circulavam no Brasil na época era ilegal. Para ele, a proposta poderia amenizar a situação da criminalidade, que vem “atingindo patamares nunca antes experimentados no país”.

Em seu parecer pela rejeição do substitutivo da Câmara, o

relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), defendeu a manutenção do texto aprovado pelo Senado em 2015. De acordo com o senador, a Câmara especificou os tipos de arma que seriam enquadradas no crime, o que limitaria o alcance da proposta.

De acordo com a Lei 8.072/1990, entre os crimes considerados hediondos, estão homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte ou mediante sequestro, estupro, genocídio, falsificação de medicamentos, favorecimento de prostituição ou de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Vetado porte de armas para agentes de trânsito

O presidente da República, Michel Temer, vetou na íntegra o projeto de lei do ex-deputado federal Tadeu Filippelli que permite o porte de arma de fogo em serviço por guardas municipais e agentes de trânsito.

Temer consultou o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Casa Civil da Presidência da República, que se opuseram porque o texto, ao alterar o Estatuto do Desarmamento, entra em conflito com o objetivo de restringir o porte de arma de fogo do próprio estatuto.

Durante a tramitação, o texto dividiu os senadores. Apoiado por Romero Jucá (PMDB-RR), Magno Malta (PR-ES), Reguffe (sem partido-DF), Benedito de Lira (PP-AL) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o projeto recebeu ainda votos favoráveis de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Eduardo Amorim (PSDB-SE), José Medeiros (Pode-MT), Wilder Moraes (PP-GO), Humberto Costa (PT-PE), Hélio José (Pros-DF) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu que a liberação seja

válida apenas para agentes que trabalhem em vias públicas. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a violência tomou conta de todos os estados, nas cidades e na zona rural.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ), Cristovam Buarque (PPS-DF), Eduardo Braga (PMDB-AM), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Pedro Chaves (PSC-MS) rejeitaram o projeto. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu mais investimentos na primeira infância e na juventude, por “uma sociedade mais sadia”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Guarda Mirim do Distrito Federal

9h Audiência interativa para debater o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal. Entre os convidados, representantes da Polícia Militar do DF e do Sesi.

SESSÃO ESPECIAL Reforma Protestante

11h Destinada a celebrar 500 anos da Reforma Protestante.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

CRE Defesa nacional

18h O ciclo de debates da comissão chega ao 15º painel, que vai discutir o tema “Reestruturação da defesa nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século 21”.

TERÇA

CI Concessão da BR-101 no ES

9h Audiência interativa com o presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Jorge Luiz Macedo Bastos, para debater medidas a serem tomadas em face da quebra contratual pela empresa Eco101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, por descumprimento da exigência de duplicação de toda rodovia por ela administrada.

CPI DA JBS Depoimento

9h Ex-diretor de Relações Institucionais do grupo J&F Ricardo Saud.

CAE Ministro da Fazenda

10h Audiência interativa com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para tratar de ações do governo Temer.

CRE Delegação da União Europeia

10h Visita de eurodeputados.

CDH Indígenas e quilombolas

10h30 Audiência interativa sobre violações aos direitos indígenas e quilombolas.

CMA Bacias hidrográficas

10h30 Audiência interativa sobre revitalização de bacias hidrográficas.

CRA Pesquisa agropecuária

11h Audiência interativa para debater estudos e atuação da academia sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário.

CONGRESSO Sessão solene

11h Homenagem póstuma ao ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina Luiz Carlos Cancellier de Olivo.

CE Desporto

11h30 Deliberativa com 17 itens. Entre eles, o PLS 25/2017, que incentiva o desporto nos sistemas de ensino.

LEI KANDIR Relatório final

14h Apresentação do relatório final.

DOENÇAS RARAS Reunião de trabalho

14h Reunião com representantes do Ministério da Saúde e da Anvisa.

MP 788/2017 Restituição de valores

14h30 Análise do relatório sobre texto que regulamenta a restituição dos valores creditados indevidamente pelo governo para pessoas falecidas.

MP 792/2017 PDV

14h30 Análise de relatório da MP que institui Programa de Desligamento Voluntário no Executivo.

CMMC Bioenergia

14h30 Audiência interativa para debater perspectivas para crescimento da bioenergia e do biocombustível no país. Entre os convidados, representante do Ministério de Minas e Energia.

CMO/CAE/CTFC Política monetária

15h Audiência pública conjunta com a participação do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

CONGRESSO Vetos

19h Análise de sete vetos presidenciais.

CAS Condutor de ambulância

9h Reunião deliberativa com 12 itens. Entre eles, o PLC 82/2017, que regulamenta o exercício da atividade de condutor de ambulância.

CDR Estâncias

9h Reunião deliberativa com cinco itens. Entre eles, o PLC 147/2015, que estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias.

CCJ Arma de fogo

10h Abre a pauta de 39 itens o PLS 149/2015, que aumenta a pena para crime de roubo praticado com arma de fogo.

CMO Orçamento

10h Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para tratar da proposta orçamentária para 2018 (PLN 20/2017).

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário pode votar regulamentação do Uber

Pauta da semana inclui projeto sobre aplicativos de transporte de passageiros, limite de ICMS para combustível de aviação e criação de fundo nacional para a segurança pública

O SENADO PODE votar esta semana um tema que vem gerando polêmica em várias cidades: a regulamentação dos serviços de transporte particular que usam aplicativos, como Uber e Cabify. O texto ganhou urgência e, apesar de ainda não haver consenso entre taxistas e representantes desses serviços, o projeto é o primeiro item da pauta do Plenário.

O PLC 28/2017 tramita em conjunto com outros dois textos do Senado (PLS 530/2015 e PLS 726/2015). Se for aprovado como está, o projeto pode ir à sanção. Caso haja mudanças, terá de voltar à Câmara, onde foi aprovado em abril.

O projeto traz uma série de obrigações para esse tipo de serviço de transporte. Representantes do Uber alegam que, se o texto for aprovado no formato que veio da Câmara, o serviço será extinto. Eles

defendem a regulação com delimitação de regras claras para o usuário, o motorista e a empresa, mas pedem que o texto siga um caminho menos apressado no Parlamento.

Há cerca de duas semanas, representantes do Uber estiveram no Senado para entregar mais de 815 mil assinaturas contra o texto coletadas durante uma semana. Eles dizem que o texto alternativo do relator, senador Pedro Chaves (PSC-MS), é melhor que o da Câmara, mas senadores alegam que aprovar o texto com mudanças, e, conseqüentemente, remetê-lo novamente à Câmara pode adiar muito uma solução para a disputa.

Imposto

Outro texto que está na pauta da semana é o que cria o teto de 12% para a cobrança de ICMS sobre o combustível de aviação pelas empresas de

transporte aéreo regular, não regular e de serviços aéreos especializados em voos no país. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 55/2015 foi aprovado terça-feira passada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e seguiu para o exame do Plenário.

O combustível é o item que mais influencia no cálculo dos custos operacionais das companhias aéreas. Atualmente essa alíquota varia de 12% a 25%, dependendo do estado onde ocorre o abastecimento. O texto original do projeto, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), previa a alíquota máxima de 18% na cobrança pelos estados do ICMS sobre o querosene de aviação.

Também está na pauta a PEC 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (FNDSP). O objetivo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e



Aplicativos de transporte: projeto recebeu urgência e entrou na pauta

integração das forças policiais dos estados. A proposta está pronta para a votação em primeiro turno.

O texto transfere para o FNDSP dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI), recolhido pela União, e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo Imposto Sobre Serviços (ISS) pago pelas empresas de segurança privada aos municípios

Congresso avalia amanhã sete vetos presidenciais

O Congresso se reúne amanhã para votar sete vetos do presidente Michel Temer a projetos aprovados pelo Legislativo. São seis vetos parciais e um total, referente à prorrogação de tributação especial para cinema.

Devem ser analisados também 14 projetos que autorizam créditos orçamentários a ministérios e órgãos públicos. Ao todo, o Poder Executivo autoriza a liberação de quase R\$ 1,5 bilhão. Destaque para o projeto de lei do Congresso (PLN) 10/2017, no valor de R\$ 305 milhões. Além do Planalto, a proposta beneficia 12 ministérios e transfere recursos para estados, Distrito Federal e municípios.

SEIS VETOS PARCIAIS E UM TOTAL	
Veto 24/2017	Rejeita artigos de um projeto de lei do Senado que permite aos estados e ao Distrito Federal decidir sobre a remissão dos créditos tributários (PLS 130/2014).
Veto 25/2017	Anula pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (PLN 1/2017).
Veto 26/2017	Veto à íntegra da Medida Provisória (MP 770/2017), que estendia até 2019 o prazo para uso do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine).
Veto 27/2017	Torna sem efeito artigos da Medida Provisória 771/2017, que transforma a Autoridade Pública Olímpica na Autoridade de Governança do Legado Olímpico.
Veto 28/2017	Veto parcial ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a instalação de cercas elétricas em zonas urbanas e rurais (PLC 52/2010).
Veto 29/2017	Veto parcial ao PLS 744/2015, que cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e sem Fins Lucrativos.
Veto 32/2017	Veto parcial ao projeto de lei da Câmara que altera a legislação eleitoral (PLC 110/2017). Temer rejeitou, por exemplo, a fixação em 10% da renda do eleitor como limite para doações eleitorais.

Atuação da Guarda Mirim do DF será debatida em comissão hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública hoje, às 9h, sobre o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal.

Estão convidados o coordenador da Guarda Mirim, Janio Marques; a gerente de Programas e Projetos do Sesi, Eliane Cruz de Pinho Martins; e a diretora de Operações do Sesi-DF, Gricélia Melo. A conselheira tutelar Selma Aparecida da Costa e o tenente-coronel Carlone Batista da Silva também devem participar do debate.

A realização da audiência atende a requerimento de

Hélio José (Pros-DF), para quem a Guarda Mirim vem “demonstrando notável desempenho no fomento ao civismo entre os adolescentes do Distrito Federal”. O senador ressalta a participação de meninos e meninas em ações que envolvem o engajamento em ações comunitárias, atividades físicas, educativas e de apoio social. Hélio José também elogia a atuação da Polícia Militar no programa e diz que essa iniciativa merece servir de exemplo para outros estados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Paim acusa governo de “brincar com pólvora em paiol de dinamite”

Paulo Paim (PT-RS) advertiu na sexta-feira que o governo “está brincando com um rastilho de pólvora e o paiol lotado de dinamite” ao cogitar levar adiante a reforma da Previdência. O senador lembrou que o relatório da CPI da Previdência, aprovado por unanimidade, concluiu pela inexistência do déficit alegado pelo governo.

— É inadmissível. Eu não acredito que o povo brasileiro vai aceitar qualquer tipo de reforma da Previdência que venha a retirar direitos. Vamos mandar esse relatório para todos os senadores. Relatório que ninguém contestou — afirmou Paim.

Paulo Rocha diz que Temer desmonta Estado de bem-estar social

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou na sexta-feira que o Estado de bem-estar social construído pelos governos do PT sofre um desmonte nas mãos do presidente da República, Michel Temer. Segundo ele, o atual governo promove a entrega do patrimônio do país ao capital financeiro internacional.

Paulo Rocha criticou a proposta de reforma da Previdência do governo e disse que programas sociais como o Mais Médicos e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) estão ameaçados.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ex-diretor da J&F Ricardo Saud depõe à CPI da JBS

O ex-diretor de Relações Institucionais da J&F Ricardo Saud deve prestar depoimento à CPI Mista da JBS amanhã, a partir das 9h. A J&F é a holding que controla as empresas JBS, Brasil Celulose e Banco Original, da família Batista.

O executivo foi preso com Joesley Batista no começo de setembro e está na Penitenciária da Papuda, no Distrito Federal.

O depoimento atende requerimentos do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), presidente da CPI da JBS, e dos deputados Paulo Pimenta (PT-RS), João Rodrigues (PSD-SC) e Izalci Lucas (PSDB-DF).

Ataídes Oliveira disse que Saud afirmou ter ajudado a financiar mais de 1.820 can-

didatos a cargos políticos. Ataídes também afirmou que órgãos da imprensa divulgaram que Saud teria ajudado Edson Fachin a conseguir apoio de senadores para sua indicação ao STF.

Delação

Na semana passada, a pedido da CPI da JBS, o próprio ministro Fachin autorizou o depoimento de Saud, que está preso preventivamente. Paulo Pimenta lembrou no requerimento que Saud fez parte do grupo de executivos da empresa que fechou acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal. O deputado acrescentou que Saud ficou nacionalmente conhecido como o “homem

da mala” por ter sido filmado pela Polícia Federal entregando uma mala com R\$ 500 mil para o ex-deputado federal Rocha Loures.

Já João Rodrigues fez constar em seu requerimento que gravações de áudio posteriores de conversa entre Joesley e Saud mostraram que irregularidades foram omitidas na delação premiada.

O deputado Izalci acrescentou que Saud, além de ser citado em escândalos junto com a família Batista, também aparece no caso chamado Malta Files, que mostrou vários brasileiros com empresas na Ilha de Malta, na Europa, supostamente usada para lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Sucateamento da fiscalização do trabalho é denunciado em debate

Subcomissão que elabora proposta de Estatuto do Trabalho ouviu fiscais, que acusaram o governo de prejudicar deliberadamente a atuação deles

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública realizada na sexta-feira pela subcomissão encarregada de elaborar uma proposta de Estatuto do Trabalho denunciaram um processo — que eles entendem ser deliberado por parte do governo — de sucateamento da fiscalização do trabalho.

Os fiscais do Trabalho Ana Luiza Horcades e Francisco Luís Lima apontaram que o setor tem sofrido com a falta de estrutura, orçamento e pessoal, especialmente na área rural, para que a missão seja cumprida de acordo com as necessidades verificadas.

A fiscal disse temer que a postura do governo já esteja provocando uma mudança cultural por parte do setor empresarial brasileiro, que estaria se sentindo hoje “quase inimputável”.

Bom senso

Ana Luiza relatou que recentemente, durante fiscalização em Petrópolis (RJ), ouviu do responsável por uma obra que ela fizesse como o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e “agisse com bom senso” ao verificar as condições de salubridade dos trabalhadores, inclusive as relacionadas ao risco de morte.

O procurador do Trabalho Raymundo Lima Júnior e o desembargador Mário Caron, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, afirmaram que diversos artigos da reforma trabalhista deverão ser contestados na Justiça,



O fiscal Francisco Luís Lima, Paulo Paim, que comandou a reunião, e o desembargador Caron

porque, segundo eles, ferem direitos e princípios da Constituição.

Dignidade

O advogado Guilherme da Hora, da Central dos Trabalhadores do Brasil, comparou a portaria do Ministério do Trabalho para fiscalização do trabalho escravo (MTB 1.129/2017) com o *Manual de Boas Práticas Agropecuárias para Bovinos de Corte*, elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e direcionado ao agronegócio. Da Hora leu trechos em que a Embrapa aponta aos produtores rurais que o bem-estar animal é lucrativo e deve ser respeitado “do nascimento ao abate”.

Com base em estudos da Organização Mundial de Saúde Animal, o documento recomenda aos produtores a adoção de uma série de procedimentos para que o gado de corte não sofra desconforto físico, térmico, emocional

e alimentar, que resultarão, ao final, em maior produção e resultados econômicos.

— Sou um defensor visceral do bem-estar animal, mas é sintomático que o governo edite um documento como este e atribua mais dignidade ao gado de corte do que ao trabalhador — concluiu.

Ana Luiza também afirmou que defende o bem-estar animal, mas criticou a posição do governo.

— É espantoso que soframos tantas restrições para lutar para que os trabalhadores tenham condições que estão bem abaixo das recomendadas ao gado de corte.

Os efeitos da portaria do Ministério do Trabalho acabaram sendo suspensos pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, por entender que a norma fere princípios fundamentais da Constituição e acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Sancionada regulamentação para repasses do Funpen

Foi sancionada com veto parcial e publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Lei 13.500/2017, que define critérios para a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a estados, municípios e Distrito Federal, além de autorizar a prestação de serviços por militares, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e à Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).

A nova lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 26/2017, decorrente da Medida Provisória MP 781/2017 e aprovado no Senado em 27 de setembro.

O Funpen foi criado para financiar programas no sistema penitenciário. A dotação autorizada do fundo para este ano é de pouco mais de R\$ 690 milhões. A MP 781/2017 foi editada em maio em substituição à MP 755/2017, que tratava do mesmo assunto, mas perdeu a vigência.

Novas despesas

A nova lei agiliza a transferência de recursos do Funpen aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Também acrescenta uma série de novas despesas que poderão ser custeadas com o fundo, entre elas manutenção

de serviços penitenciários, reinserção social de presos e políticas de redução da criminalidade. O texto veda o contingenciamento de recursos do Funpen e estabelece que 30% desse dinheiro será aplicado em construção, reforma, ampliação e aprimoramento dos estabelecimentos penais.

A União deverá repassar aos fundos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a título de transferência obrigatória e independentemente de convênio, até 75% da dotação orçamentária até 31 de dezembro de 2017; em 2018, até 45%; em 2019, até 25%, e nos exercícios subsequentes, 40%. Para os fundos penitenciários estaduais e do DF, serão destinados 90% dos recursos. Para os fundos municipais, serão destinados 10% aos municípios onde se encontrem estabelecimentos penais.

O texto também autoriza a transferência de recursos do Funpen à organização da sociedade civil que administre estabelecimento penal. Outro dispositivo determina que a administração pública federal poderá exigir, em editais de licitação para a contratação de serviços, que percentual mínimo da mão de obra da contratada seja oriunda ou egressa de sistema prisional, com o fim de ressocialização do reeducando.

A lei trata ainda da cooperação federativa — as operações conjuntas, transferências de recursos e atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Essa cooperação é exercida por militares e por servidores dos órgãos de segurança pública e de perícia criminal, e inclui a investigação de ocorrências policiais, atividades de inteligência e operações integradas de segurança pública.

Poderão ser convocados em caráter voluntário e excepcional militares e servidores de órgãos de segurança pública inativos por menos de cinco anos, além de reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas e passado para a reserva há menos de cinco anos.

Vetos

Foi vetado o trecho da nova lei que previa a reincorporação às Forças Armadas dos reservistas convocados para esses convênios de cooperação. Eles seriam reincorporados com os mesmos direitos e deveres dos cargos que ocupavam na ativa. Também foi vetada a atribuição de “atividade militar” a esses reservistas. A Presidência da República argumentou que os dispositivos seriam inconstitucionais.

Aeroportos: nova lei permite flexibilizar pagamento de outorgas

Concessionárias de aeroportos podem solicitar a reprogramação do pagamento das outorgas — prestações anuais pagas ao governo pelos contratos de privatização. É o que prevê a Lei 13.499/2017, sancionada na quinta-feira e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 31/2017 (decorrente da Medida Provisória 779/2017), aprovado no Senado em 27 de setembro.

Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as concessionárias devem R\$ 1,31 bilhão em outorgas. Algumas empresas alegam dificuldades financeiras para pagar a conta. Segundo elas, a crise econômica teria reduzido o movimento nos aeroportos.

A nova lei beneficia as empresas que controlam os terminais de Brasília, Confins (MG), Galeão (RJ), Guarulhos (SP), São Gonçalo do Amarante (RN) e Viracopos (SP).

Podem ser reprogramados os contratos celebrados até 31 de dezembro de 2016 e o prazo para o pedido de reprogramação é até 25 de novembro. Para ter direito à reprogramação, as empresas devem estar em dia com o pagamento das parcelas de outorga vencidas até a data de assinatura do aditivo. A medida não permite descontos nas outorgas, mas as empresas podem adiantar o pagamento de parcelas para reduzir o valor de prestações futuras.

Professores terão prioridade na restituição do IR

Os professores passam a ter prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda, depois dos idosos. É o que estabelece a Lei 13.498/2017, sancionada na quinta-feira e publicada no *Diário Oficial da União* da sexta-feira.

A lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. Tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 6/2009, aprovado no Senado em maio de 2011 e ratificado sem modificações pela Câmara em agosto deste ano.

Atualmente, apenas os maiores de 60 anos têm essa prioridade na restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

A nova legislação altera a lei sobre o IRPF (Lei 9.250/1995) para assegurar que contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério fiquem em segundo lugar nessa prioridade.

O autor do PLS, Cristovam Buarque (PPS-DF), afirmou na justificativa do projeto que o novo benefício “não vai gerar custo para o Estado, que não abrirá mão de qualquer valor, não pagará nada a mais para os professores”. Na avaliação do senador, “desse modo, estaremos estimulando a melhoria da educação no país sem gastar um único centavo dos cofres públicos”.